

RECURSO ESPECIAL Nº 1.096.918 - SP (2008/0201372-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : PEDRO PAULO BENEDETTI ROSA
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO BATÓCHIO E OUTRO(S) - SP020685
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PEDRO PAULO BENEDETTI ROSA, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o recorrente foi pronunciado, com outros dois réus, como incurso no art. 121, § 2º, I e IV (terceira e última figuras), e no art. 211, c/c os arts. 29 e 69, *caput*, todos do Código Penal, nos seguintes termos (e-STJ fls. 1.819/1.826):

A primeira preliminar argüida pelo Defensor do acusado Pedro Paulo foi superada com anulação do ato viciado e a posterior desistência do Ministério Público em reinquirir a testemunha Solidão (cf. fls. 1635 e 1644).

A questão relativa à suspeição do Promotor de Justiça que oficia neste feito já foi objeto de decisão anterior, cujos fundamentos ficam mantidos (fls. 294).

Finalmente, anote-se que nenhuma apreciação merecem os documentos juntados pelo co-réu Carlos Alberto a fls. 1655/1677, haja vista a regra insculpida no artigo 406, § 2.º, do C.P.P.

A materialidade do crime foi comprovada pelo laudo de exame necroscópico (fls. 85/87).

Os indícios de que os réus tenham sido os autores do homicídio são suficientes para conduzi-los a julgamento perante seus pares.

Ari Raymundo de Souza, apontado como co-autor do delito em comento e cuja responsabilidade está sendo apurada em outro feito, foi ouvido na delegacia de polícia em 13 de setembro de 1999 e confessou sua própria participação no crime, informando que também tomaram parte no delito os co-réus Isaias e Pedro Paulo, além de "um terceiro indivíduo de cor branca, estatura aproximada de 1,70m, meio calvo, cabelo ondulado e idade aproximada de 34 anos". Tal depoimento foi colhido na presença do Promotor de Justiça que atua neste feito e também do advogado Luiz Roberto Tadeu Néri (fls. 64/66).

Dez dias depois Ari foi novamente inquirido pela autoridade policial,

ratificando suas declarações anteriores e informando que o terceiro elemento que antes havia citado é o advogado Dr. Zanforlin (fls. 158/159).

Quando foi interrogado em juízo, nos autos do Processo n.º 034/99, que tramita perante a 2ª Vara Criminal desta Comarca, Ari, ainda que demonstrando medo ou receio, voltou a admitir sua participação no delito bem como a citar como co-autores os acusados Isaias, Pedro Paulo e Carlos Alberto Zanforlin (cf. fls. 943/944).

Não se deve olvidar que a delação advinda de co-réu que não nega sua própria participação no crime não pode ser puramente desprezada. Principalmente na hipótese dos autos, onde as declarações daquele foram colhidas, na fase policial, na presença de um advogado e de um Promotor de Justiça, e depois ainda foram confirmadas em juízo.

[...]

A amásia de Ari, Eliana Souto de Macedo, foi ouvida na delegacia em 10 de setembro de 1999, dizendo que tinha sido ameaçada por Pedro Paulo e Isaias, pois eles teriam descoberto que seu companheiro havia contado a ela toda a verdade (fls. 7/9).

Inúmeros foram os outros depoimentos policiais prestados por Eliana e os reconhecimentos pessoais que ela foi chamada a efetuar naquela fase, sempre confirmando as ameaças que vinha sofrendo e reafirmando a participação dos réus Pedro Paulo, Isaias e Carlos Alberto Zanforlin no crime (fls. 61/62, 63, 153/154).

Em juízo Eliana voltou a confirmar que seu amásio lhe confidenciou que "Pedro Paulo, Zanforlin e Isaias" haviam participado do crime de homicídio, bem como reafirmou que fora vítima de ameaças perpetradas por Zanforlin, Isaias e um terceiro homem, que naquela audiência ele teve dúvidas em apontar se seria o acusado Pedro Paulo (fls. 318/321).

É certo que tanto Eliana quanto Ari chegaram a prestar outros depoimentos em que retificaram completamente ou parcialmente suas declarações anteriores, chegando mesmo a sugerir que agiram a mando e sob pressão de autoridades policiais deste Município.

Contudo, também é certo que vários elementos dos autos sugerem que eles foram vítimas de ameaças e tentativas de corrupção, fatos que culminaram inclusive no oferecimento de nova denúncia contra os ora réus, imputando-se a eles a prática, em concurso com terceiros, dos crimes de corrupção ativa de testemunha, coação no curso de processo e outros (cf. fls. 396/409).

Logo, existe dúvida fundada de que a posterior retratação de Ari e Eliana tenha decorrido das ameaças ou promessas de recompensas que receberam.

De qualquer forma, não se pode esquecer que para a decisão de pronúncia vigora o princípio *in dubio pro societate*. Assim, somente se deve subtrair o réu do julgamento pelo Júri quando ficar

comprovada cabalmente a inexistência do crime ou quando não houverem indícios mínimos de autoria.

[...]

Conclui-se, portanto, que os elementos mencionados já são suficientes para levar os réus a julgamento perante seus pares, sendo desnecessária e até desaconselhável uma análise mais minuciosa das outras provas dos autos, inclusive para se evitar qualquer influência na opinião dos jurados.

[...]

As qualificadoras mencionadas na denúncia devem ser mantidas, atendendo-se ao entendimento pretoriano de que "só devem ser excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes e de todo descabidas. Ao Júri, em sua soberania, é que compete apreciá-las com melhores dados, em face da amplitude da acusação e da defesa" (TJSP, RT 668/275).

Irresignados, os acusados e o *Parquet* interpuseram recurso em sentido estrito aos quais o Tribunal de origem negou provimento, mantida a decisão de pronúncia e afastada a referência ao art. 69 do Código Penal.

Os embargos de declaração opostos pelo corréu Pedro Paulo Benedetti Rosa, ora recorrente foram rejeitados (e-STJ fls. 2.350/2.355).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 2.363/2.409), a defesa alega negativa de vigência aos arts. 381, III, e 619 do Código de Processo Penal, bem como ao art. 128 do Código de Processo Civil de 1973, "já que, na espécie, o r. julgado não enfrentara todos os temas propostos pela defesa técnica do Recorrente, especialmente o atinente ao afastamento das qualificadoras" (e-STJ fl. 2.376).

Aponta, por outro lado, negativa de vigência aos arts. 407 e 573, *caput* e § 1º, do Código de Processo Penal.

Aduz que foi acolhida preliminar, suscitada em alegações finais, de nulidade por ausência de intimação da defesa da expedição de carta precatória para oitiva da testemunha Solidão José da Silva. Informa que, decretada a nulidade, o juiz determinou a renovação do ato, e, ante o fato de a acusação desistido da oitiva daquela testemunha, foi determinado o desentranhamento dos autos do depoimento colhido sem a efetiva intervenção da defesa.

Insurge-se, no entanto, contra as referências àquele depoimento viciado feitas nas alegações do *Parquet*, bem como na própria decisão de pronúncia. Nesse sentido, afirma que deveria ter sido aberta nova vista dos autos ao Ministério Público para oferecimento de novas alegações, excluía qualquer menção ao ato processual nulificado, sob pena de prejuízo à defesa. Requer, assim, sejam afastadas dos autos todas as provas e peças diretamente relacionadas com a prova viciada, de forma a "expungir dos autos as alegações ministeriais decisão de pronúncia, que devem ser substituídas por outras, sem referência ao testigo nulificado" (e-STJ fls. 2.382/2.383).

Indica negativa de vigência ao art. 252, I, c/c o art. 258, ambos do Código de Processo Penal, em razão do impedimento do promotor de justiça que oficiou no feito "(participou de inúmeras audiências; foi o subscritor das alegações de que trata o artigo 406 do Código de Processo Penal e; a despeito da decisão de pronúncia, recorreu em sentido estrito)" (e-STJ fl. 2.383), considerando-se que é irmão da autoridade policial que presidiu o apuratório.

Afirma que também se negou vigência ao art. 381, III, do Código de Processo Penal, pois o acórdão que confirmou a pronúncia não teria fundamentado a manutenção das qualificadoras e do excesso acusatório.

Ao final, indica divergência jurisprudencial em relação ao exame das qualificadoras pelo juiz togado, colacionando acórdão do Superior Tribunal de Justiça que havia firmado entendimento no sentido da possibilidade de se excluir da pronúncia qualificadoras propostas na denúncia quando as circunstâncias forem absolutamente improcedentes.

Contrarrazões às e-STJ fls. 2.457/2.462.

Intimado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 726/733).

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, quanto à alegada violação ao disposto nos arts. 381, III, e

619 do Código de Processo Penal, bem como no art. 128 do Código de Processo Civil de 1973, verifico que a súplica não merece acolhida. É que, ao contrário do sustentado pelo recorrente, o Tribunal de origem decidiu todas as questões de forma suficiente e fundamentada.

E, no que toca especificamente à manutenção das qualificadoras, consignou o acórdão recorrido que (e-STJ fl. 2.293 e 2.307):

Outrossim, as qualificadoras alinhadas na denúncia, motivação torpe (ligado a desavenças entre os agentes e a vítima em relação a negócios ilícitos entre os quais, possibilidade de hipótese em narcotráfico; sendo esta última pessoa muito faladora, que deveria ser silenciada), e emprego de recursos que impossibilitaram a defesa da vítima (tiro de inopino na cabeça), devem ser mantidas para apreciação dos Juizes Leigos, por não manifestamente incabíveis ou improcedentes ante a prova até então recolhida, e assim se tem decidido em casos análogos (RT 688/275).

Assim, há necessidade de incursão no campo probatório, com sopesamentos e confrontos de informações e dados obtidos, cujo deslinde da matéria passa a ser do Plenário do Júri, que é seu juízo natural. (Grifei.)

Também as qualificadoras do homicídio não podem ser afastadas neste momento processual, conforme a lição de autores de boa nota e consagrada jurisprudência de nossos Tribunais:

- a) "As qualificadoras articuladas na inicial só devem ser arredadas pela pronúncia quando indubitavelmente incoerentes" (Rev. Tribs., vol. 572, p. 318; rei. Onei Raphael);
- b) "Nos processos de competência do Júri o Juiz sumariante só deve arredar as qualificadoras articuladas na denúncia quando for manifesta sua inocorrência" (Rev. Tribs., vol. 577, p. 348; rei. Cunha Camargo). (e-STJ fl. 2307).

Ao assim decidir, e manter as qualificadoras do motivo torpe e do emprego de recursos que impossibilitaram a defesa da vítima, verifica-se que a Corte local manifestou-se, fundamentadamente, na linha da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que concluiu que "devem ser mantidas para apreciação dos Juizes Leigos, por não manifestamente incabíveis ou improcedentes ante a prova até então recolhida" (e-STJ fl. 2.293), não havendo falar em violação aos dispositivos legais mencionados ou em

divergência jurisprudencial.

Saliente-se, a propósito, que é pacífico nesta Corte o entendimento segundo o qual as circunstâncias qualificadoras somente devem ser excluídas na sentença de pronúncia se manifestamente improcedentes ou se não tiverem amparo algum nos elementos dos autos, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA.

1. A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo a existência do crime e indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade, conforme o mandamento contido no art. 413 do Código Processual Penal.

2. Em respeito ao princípio do juiz natural, somente é cabível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente descabidas, porquanto a decisão acerca da sua caracterização ou não deve ficar a cargo do Conselho de Sentença.

3. No caso, o Tribunal de origem afastou a qualificadora do motivo torpe por entender que não bastava à exordial descrever briga anterior, mas deveria relatar as circunstâncias do suposto embate.

4. Denúncia que narra suficientemente a torpeza do homicídio, consubstanciada na briga anterior envolvendo os denunciados e as vítimas, não se relevando despropositada a submissão da imputação ao Tribunal do Júri.

5. Não há necessidade da denúncia relatar em pormenores as razões, circunstâncias, meio de execução ou resultado da desavença anterior indicada à configuração do motivo torpe.

6. Apresentado fato concreto, a verificação de ser ele razão abjeta ou não à prática do homicídio é matéria afeta ao Conselho de Sentença.

7. Recurso provido. (REsp 1742172/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. EXCLUSÃO PELO TRIBUNAL A QUO. JUÍZO DE VALOR. IMPOSSIBILIDADE.

COMPETÊNCIA DO JÚRI. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. O prévio desentendimento entre autor e vítima não torna a qualificadora do motivo torpe manifestamente improcedente.

3. "Não se pode afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que, objetivamente, inexistia, mas não a que, subjetivamente, julgar não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença uma circunstância que, numa análise objetiva, mostra-se viável, ao menos em tese." (REsp 1.547.658/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 07/12/2015).

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1581666/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 22/09/2017)

[...] EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS DO MOTIVO FÚTIL E DO RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. INVIABILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA DE FATO E DE PROVA. ATRIBUIÇÃO DO CORPO DE JURADOS. ILEGALIDADE NÃO CARACTERIZADA.

1. Conquanto o § 1º do artigo 413 do Código de Processo Penal preveja que "a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena", não há dúvidas de que a decisão que submete o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri deve ser motivada, inclusive no que se refere às qualificadoras do homicídio, notadamente diante do disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, que impõe a fundamentação de todas as decisões judiciais.

2. No caso dos autos, depreende-se que as instâncias de origem fundamentaram adequadamente a preservação das duas circunstâncias qualificadoras do crime de homicídio atribuído ao recorrente, reportando-se aos pressupostos fáticos que autorizam a sua apreciação pelo Tribunal do Júri.

3. Em respeito ao princípio do juiz natural, somente é cabível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente descabidas, porquanto a decisão acerca da sua caracterização ou não deve ficar a cargo do Conselho de Sentença, conforme já decidido por esta Corte.

4. Entendimento contrário demandaria análise profunda e exauriente do conjunto probatório, providência vedada na via eleita e que representaria usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao corpo de jurados.

Superior Tribunal de Justiça

[...] (RHC 63.880/PR, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 09/03/2016.)

Quanto à alegação de impedimento do promotor de justiça que oficiou no feito, cumpre consignar que há muito se consolidou no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que "o órgão do Ministério Público, indubitavelmente, pode realizar diligências investigatórias de fatos ligados à sua atuação, a fim de elucidar a materialidade de crime e indícios de autoria, sem que esse fato acarrete o seu impedimento para a propositura da ação penal" (HC n. 164.643/SP, relatora Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/9/2012, DJe 2/10/2012).

Do mesmo sentir é o enunciado da Súmula n. 234 do Superior Tribunal de Justiça, que estabelece que: "a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia."

Dessa forma, se não há falar em impedimento quando o próprio membro do Ministério Público signatário da denúncia participou da investigação criminal, tampouco há falar em nulidade, por impedimento, em razão de um parente do órgão acusador ter conduzido o inquérito policial.

No mais, de acordo com julgado do Supremo Tribunal Federal, "os impedimentos do membro do Ministério Público em razão de parentesco são apenas os do art. 258 C. P. Penal; o parentesco do promotor com 'a autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito', ao contrário do que sucede com o juiz, não lhe determina o impedimento para atuar no processo" (HC n. 67.828, relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 3/4/1990, DJ 4/5/1990).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, confira-se julgado deste Tribunal Superior de Justiça:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. JÚRI. NULIDADES. ARGÜIÇÃO OPORTUNA. INOCORRÊNCIA.

1. Em tema de nulidades processuais, o nosso Código de Processo Penal acolheu o princípio *pas de nullité sans grief*, do qual se deduz que somente há de se declarar a nulidade do feito, quando, além de

alegada opportuno tempore, reste comprovado o efetivo prejuízo dela decorrente.

2. É certo que, **na letra do artigo 258 do Código de Processo Penal, têm incidência as regras relativas à suspeição e ao impedimento dos juízes, mas com a cláusula restritiva "no que lhes for aplicáveis"**, que, à evidência, exclui, relativamente ao seu cônjuge e ao parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, o auxiliar da justiça, que é do Juízo e, não, do Ministério Público, com o qual nenhum liame administrativo existe.

3. Recurso improvido. (RHC 16.391/ES, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ 06/02/2006, p. 315, grifei)

Por fim, tampouco logra êxito a alegação de negativa de vigência aos arts. 407 e 573, *caput* e § 1º, do Código de Processo Penal.

No caso, tendo sido desentranhado dos autos o depoimento da testemunha Solidão José da Silva realizado no Juízo deprecado, em razão da ocorrência de nulidade por ausência de intimação da defesa da expedição de carta precatória, não há falar em nulidade em razão de haver, nas alegações ministeriais, menção a depoimento que não tem sequer correspondência na prova dos autos.

Com efeito, em não havendo a possibilidade de prejuízo concreto à defesa, tem aplicação o art. 563 do Código de Processo Penal, segundo o qual não se declara a nulidade de ato processual sem que haja efetiva demonstração de prejuízo, em observância ao princípio *pas de nullité sans grief*.

Acerca do tema, inclusive, ressalto que a jurisprudência desta Corte, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, vem se consolidando no sentido de que *"o princípio do pas de nullité sans grief exige, em regra, a demonstração de prejuízo concreto à parte que suscita o vício, independentemente da sanção prevista para o ato, podendo ser ela tanto a de nulidade absoluta quanto a relativa, pois não se decreta nulidade processual por mera presunção"* (STF, RHC n. 123.890 AgR/SP, relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/5/2015, DJe de 15/5/2015).

A esse respeito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE. DEPOIMENTO PRESTADO PELA TESTEMUNHA E UTILIZADO PELO PARQUET NO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI. DEPOIMENTO CONSIDERADO VAGO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE CIÊNCIA SOBRE O CONTEÚDO DO TESTEMUNHO. MATÉRIA NÃO CONSTANTE NOS AUTOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. INADMISSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. Ausente demonstração de efetivo prejuízo, incabível o reconhecimento de nulidade, consoante o princípio pas de nullité sans grief, adotado pelo Código de Processo Penal.

3. Consignado pelo Tribunal de origem que o recurso que dificultou a defesa consistiu no fato de a vítima ter sido surpreendida e alvejada pelas costas, a reversão das premissas fáticas encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1775165/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 12/09/2019, grifei)

PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS DA ACUSAÇÃO SEM A PRESENÇA DO RÉU OU DE SEU DEFENSOR. ADVOGADO AD HOC QUE SE DECLAROU SUSPEITO EM ATO ANTERIOR. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. PROVAS PRODUZIDAS NÃO UTILIZADAS NA FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO.

[...]

2. A falta do comparecimento do defensor constituído, ainda que motivada, não determinará o adiamento ou a nulidade de ato algum do processo, desde que o juiz nomeie substituto, ainda que provisoriamente ou para tão somente o efeito do ato. No caso, restou nomeado advogado ad hoc, para acompanhar o réu em audiência de inquirição de testemunha, que em outra oportunidade já havia se declarado suspeito.

3. Dentro da sistemática processual penal brasileira, tanto as nulidades relativas quanto as absolutas demandam a demonstração de prejuízo para que possam ser declaradas. Este é o teor do art. 563 do Código Processual Penal. Precedentes do STF e STJ.

4. A sentença de pronúncia não se utilizou de qualquer dos testemunhos colhidos na audiência em questão, fazendo referência

apenas aos depoimentos prestados no curso da investigação policial e no interrogatório do acusado em juízo.

[...]

6. Habeas corpus não conhecido. (HC 207.153/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 26/05/2015, grifei)

No mais, segundo se verifica da leitura da decisão de pronúncia (e-STJ fls. 1.818/1.826), não houve menção ao depoimento prestado em juízo pela testemunha Solidão José da Silva, que foi objeto de anulação, mas apenas ao depoimento daquela testemunha no inquérito policial, com menção expressa da folha correspondente nos autos (fl. 21, que corresponde à e-STJ fl. 24), a afastar a alegação de nulidade.

Como bem destacado pelo acórdão recorrido, "eventual nulidade de tal depoimento prestado na fase policial pela mesma testemunha (fls 21), por ter a pronúncia a ele ter feito alusão não existe, pois não foi alcançado pela anulação do ato impugnado pela defesa de Pedro Paulo, não havendo vedação para se analisar tal prova colhida em data anterior" (e-STJ fl. 2.283).

Decidiu-se, assim, em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual "a eventual referência a depoimentos colhidos em sede policial não torna, *ipso facto*, nula a pronúncia, porque, como cediço, nesta fase o juízo é meramente de constatação do evento penal e não de mérito sobre a prática do delito" (RHC n. 87.482/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/3/2018, DJe 27/3/2018).

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator